

2.ª Conferência Nacional de Professores Aposentados

21 de novembro de 2017 | Armando Dutra, sócio do SPRA

Os problemas demográficos há muito que preocupam as sociedades, sendo objeto de muitas teorias e estudos, de modo a salvaguardar-se o equilíbrio entre os recursos naturais e alimentares e as necessidades da população.

Tempos houve, nomeadamente após a Revolução Industrial, em que, dado o forte crescimento populacional e a expectativa de que a produção de alimentos e de bens de consumo não acompanharia esse crescimento, para evitar a ocorrência de grandes tragédias sociais, se defendia o “controlo moral” da população, ou seja, que os casais só deviam ter filhos caso tivessem condições para sustentá-los. Os mais pobres não deviam casar-se nem procriar, pois gerariam apenas miséria para o mundo.

A esta teoria veio contrapor-se outra, defendendo que não era o excesso de população o responsável pelas condições de miséria e pobreza, mas sim as desigualdades sociais.

Porém, após a 2ª Guerra Mundial, com a chamada explosão demográfica, ou baby boom, ressurgem de novo as preocupações com as necessidades de controlo do crescimento populacional mas, desta vez, afastados os preconceitos morais, através do uso de métodos contraceptivos.

Como as teorias não param, mais recentemente, aparecem os que consideram a importância do contexto histórico e social, defendendo que as populações tendem a crescer à medida que as condições sociais melhoram, havendo uma maior consciência da população, ao adotar o planeamento familiar, à medida que as sociedades se modernizam. Não obstante, atualmente, a Europa e muitos países desenvolvidos, debatem-se com o problema do envelhecimento resultante da baixa natalidade e de uma expectativa de vida cada vez mais longa, levando à adoção de políticas de incentivo à natalidade.

Por aqui se vê as voltas que o mundo dá e como os contextos sociais e históricos condicionam o nosso pensamento e visão da sociedade e do mundo em que vivemos, sendo, inclusive, a velhice mais do que um marco cronológico uma construção sociológica de base cultural e civilizacional variável.

Hoje, as maiores preocupações e desafios demográficos da atualidade, a nível mundial, não se reportam ao quantitativo populacional, nem à

produção de alimentos, porque estes, dadas as transformações tecnológicas, existem em abundância. Os problemas centram-se na distribuição dos recursos alimentares, nas questões étnico-sociais, nos movimentos migratórios em massa e no envelhecimento populacional, entre outros.

Apesar da enorme produção de alimentos, estima-se que a fome e a subnutrição afetem, atualmente, mais de 800 milhões de pessoas, enquanto o número de obesos ultrapassa o dos subnutridos, atingindo em certos países da Europa e do Japão 20% da população, chegando aos 30% nos Estados Unidos. Isto caracteriza o padrão de vida da sociedade global capitalista.

Como dizia Buda “só há um tempo em que é fundamental despertar. Esse tempo é agora”. Isto porque, como também refere Megginson, não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas o que melhor se adapta às mudanças”.

O envelhecimento da população sendo um dos nossos maiores triunfos é também um dos nossos maiores desafios, ao estimar-se que na década de 60, em muitos países e nomeadamente em Portugal os idosos representem cerca de 1/3 da população.

No conjunto das preocupações atuais, particularmente de âmbito sindical, sobrepõe a de garantir um modelo social sustentável, visando maximizar o bem-estar físico, social e mental de toda a população, particularmente da idosa, no respeito pelos princípios da independência, participação, dignidade, assistência e auto-realização estabelecidos pela OMS.

Esta organização considera que os países têm possibilidade de custear o envelhecimento se os governos, organizações internacionais e sociedade civil implementarem políticas e programas de “envelhecimento ativo” que melhorem a saúde, a participação e a segurança dos cidadãos mais velhos.

Estou ciente de que Portugal, com a elaboração do documento que define uma Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025, deu um passo significativo para o desenvolvimento de políticas transversais e estratégias de atuação multidisciplinares que, caso venham a ser adotadas e implementadas pelos Governos, aproveitarão, em muito, o potencial dos idosos para o desenvolvimento futuro do nosso país. Um país dos mais envelhecidos da Europa, que de 1970 até hoje mais que duplicou o número de idosos, passando de um milhão a mais de dois milhões, tendo o número de pessoas com mais de

80 anos aumentado cinco vezes, ultrapassando já os 600 mil e onde o isolamento dos idosos, a viverem sozinhos, é superior a 50%.

Esta Proposta do Grupo de Trabalho Interministerial, alicerçada numa vasta bibliografia e no respeito por princípios e direitos fundamentais defendidos por organizações internacionais e pela Constituição da República Portuguesa, ao definir objetivos, linhas orientadoras de ação e medidas concretas nos domínios da saúde, da participação, da segurança e da investigação, ao apontar para o repensar do envelhecimento de uma forma estruturada em Portugal, constitui, no meu entender, um documento de orientação estratégica relevante, que vem ao encontro de muitas preocupações e medidas propostas pelo Departamento de Aposentados da Fenprof, bem como de outras estruturas da CGTP-IN, como a Inter-Reformados, a FCSAP e MURPI, no âmbito do Movimento Sindical Unitário.

É uma Proposta que defende a valorização e respeito pela população reformada e idosa; destaca o valor social e económico da solidariedade intergeracional na família e na comunidade; incentiva o envelhecimento em contextos de proximidade sócio-familiar; propõe o alargamento de redes de prestação de cuidados no domicílio e em ambulatório; aponta para o desenvolvimento de sistemas tecnológicos de telemonitorização e telealarque; defende a criação de ambientes físicos e sociais potenciadores da integração, proteção e participação das pessoas idosas; denuncia vulnerabilidades por discriminação e por negligência; realça a importância da investigação, da formação e da capacitação dos profissionais de saúde, famílias e cuidadores; propõe a criação de um Plano Individual de Cuidados como instrumento de prevenção; defende a readequação do Sistema de Saúde ao nível dos cuidados de saúde primários, cuidados hospitalares e cuidados continuados integrados, etc. etc.

Porque o tempo é inimigo do pensamento discursivo, espero que esta 2ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados não só ajude a combater o idealismo mas também contribua, cada um com a sua maneira peculiar, como diz Dalai Lama, “ para a beleza e prosperidade do mundo”.

Defenderemos sempre o reforço da unidade e solidariedade entre trabalhadores no ativo e aposentados, na defesa de uma profissão valorizada e de uma aposentação respeitada e justa, porque só coletivamente, como estamos a demonstrar no momento presente, poderemos vencer esta luta constante pela dignidade da vida e do ser humano.